Gilberto Freyre

Novo mundo nos trópicos

3ª edição revista

Apresentação de Peter Burke
Biobibliografia de Edson Nery da Fonseca
Índices elaborados por Gustavo Henrique Tuna

São Paulo
2011

VII
Escravidão, monarquia e o Brasil moderno

Há mais de trinta anos publiquei um livro em português – um ensaio – no qual afirmo que a escravidão – escravidão do tipo patriarcal – mais do que qualquer outra instituição ou de qualquer outro processo social marcará o desenvolvimento social do Brasil, o caráter e a cultura da gente brasileira. No ano de 1941 apareceu nos Estados Unidos livro semelhante ao meu. Refiro-me a *The Mind of the South*, de W. J. Cash, no qual se encontra a análise penetrante dos efeitos da escravidão sobre a mente e o *ethos* do americano do Sul dos Estados Unidos. Em vários pontos essa análise confirma aquilo que a análise brasileira já evidenciara quanto aos efeitos psicológicos de uma instituição como o trabalho escravo – com a inevitável correlação entre senhor e escravo – sobre descendentes, tanto de senhores como de escravos. Apesar dos efeitos sociológicos nas duas áreas terem sido, sob certo ponto de vista, diferentes, em virtude de fatores históricos e ecológicos, os efeitos psicológicos se revelaram quase os mesmos.

Um dos fatores de diferenciação foi a presença, no Brasil, de uma instituição, nuns pontos complementar da escravidão patriarcal, noutros oposta aos seus abusos: a monarquia patriarcal, de um tipo mais clássico do que romântico. Esse corretivo dos efeitos psicológicos do

sistema escravocrata sobre descendentes de senhores e de escravos faltou aos Estados Unidos.

O romantismo foi um dos efeitos psicológicos do sistema brasileiro de agricultura baseado sobre o trabalho escravo que mais se projetaram sobre os descendentes de senhores de escravos no Brasil. E justamente com o romantismo nasceu o amor pela retórica, comum aos brasileiros e aos anglo-americanos nas duas áreas do Novo Mundo onde a escravidão floresceu com maior vigor: o Sul dos Estados Unidos e as regiões canavieiras e cafeeiras do Brasil. Tal como no Sul dos Estados Unidos, nessas regiões do Brasil a retórica tornou-se "não apenas uma paixão", mas, conforme é assinalado por Cash em seu famoso livro, "um padrão primário de julgamento, o *sine qua non* exigido para a liderança". Esse amor pela oratória sempre esteve associado, no Brasil como no Sul escravocrático dos Estados Unidos, com o "amor pela política".

No Brasil até mesmo a campanha pela abolição da escravidão sofreu de excesso de retórica: concorreu para a queda da monarquia – sistema de governo que, sendo mais clássico do que romântico, foi, para os brasileiros, um corretivo de excessos românticos geralmente associados com o republicanismo da América do Sul e do Sul dos Estados Unidos. Excessos românticos que se expressavam no exagero do individualismo, do paternalismo e familismo.

Por outro lado, a monarquia no Brasil também exerceu saudável influência em favor da unidade política e da cultura nacional; e mesmo em favor da objetividade em certas práticas políticas e nesse ponto ajudada pela observância, na política exterior do Império, de normas diplomáticas ou de métodos de intercâmbio diplomático formais, apolíneos, sóbrios, pouco comuns entre os republicanos latino e anglo-americanos. O que por sua vez prejudicou as relações internacionais dessas repúblicas: particularmente, as continentais.

Pelo fato de ser uma espécie de superpaternalismo, com o prestígio que lhe era dado pela família imperial em benefício do papel nacional que, como sistema, tinha a representar, a monarquia brasileira manteve-se acima dos paternalismos regionais e das rivalidades entre as famílias poderosas que constituíam parte tão importante da sociedade patriarcal. E foi também base para aquela política internacional: uma política – repita-se – em que os métodos e estilos apolíneos deram ao Brasil, nesse particular, uma visível superioridade sobre as jovens repúblicas românticas, cujos diplomatas cometeram não poucos erros por lhes ter faltado a disciplina dessa espécie de diplomacia. A presença no Rio de Janeiro de uma família primeiro real, depois imperial, cercada por estadistas e diplomatas com treinamento europeu, parece explicar por que, ao lidar não somente com repúblicas dominadas por *caudillos*, como por algum tempo o Paraguai, mas também com os Estados Unidos, a diplomacia do Brasil monárquico tenha sido, na maioria dos casos, superior, pela sua objetividade e pela forma clássica de seus modos de agir e de expressar-se – quase sem verbalismo – à excessivamente romântica retórica e anárquica diplomacia da América republicana. No seu livro *Diplomatic Relations between The United States and Brazil*, o professor Lawrence F. Hill cita exemplos interessantes de discrepância entre os dois tipos de diplomacia. Creio que ele concordaria comigo em classificar um dos tipos – o republicano – como romântico, e o outro – o monárquico – como clássico.

O familismo, ligado ao do sistema escravocrático, foi comum ao Brasil e ao Sul dos Estados Unidos; e também a outra áreas da América, como Cuba e o Peru. O Brasil, assim como o Sul dos Estados Unidos, no isolamento proporcionado pela vida nas propriedades rurais, o lar, a família, o pequeno mundo doméstico representado pela casa-grande patriarcal, e o complexo que a cercava, transformou-se num centro de múltiplas atividades. Em ambas as áreas cresceu aquilo que Cash chama de "intensa desusada afeição e respeito pelas mulheres da família (...) pela esposa e pela mãe, de cuja atividade dependia grandemente o conforto e o bem-estar de todos".

No meu ensaio *Casa-grande & senzala* (1933), tentei analisar situação idêntica ou semelhante, tal como ela se desenvolveu na área dos grandes engenhos e das grandes fazendas patriarcais do Brasil. E, como em outros ensaios que venho desde então publicando sobre o assunto, ou sobre temas correlatos, sugeri que a devoção católica pela Virgem Maria, glorificada como Rainha – *Regina* –, em nenhuma outra região do mundo parece se ter tornado tão forte como no Brasil. Resultado, talvez, da extrema idealização da mulher aristocrática

e mesmo da mulher negra – através do simbolismo da Mãe Preta – como componentes básicos e vitais do complexo de vida familiar nas plantações. Complexo desenvolvido durante os dias da escravidão.

Nessa devoção particularmente intensa pela Virgem Maria, característica da área de engenhos e de fazendas patriarcais do Brasil, é possível perceber-se a sublimação, ou a idealização, da mulher, através de um culto que encontrou outros meios de expressão nos Estados Unidos; inclusive – entre os anglo-americanos – a identificação do culto da pureza da mulher com o da pureza da raça. Tal identificação não a encontramos no Brasil, onde o culto pela mulher esteve sempre mais associado ao orgulho de família do que ao orgulho de raça.

No Brasil parece que o culto à Virgem Maria está associado de maneira tão estreita com o complexo patriarcal que, em grande número de mansões, ou de casas-grandes, as respectivas capelas eram batizadas não com o nome de família do proprietário, mas sim com o de sua esposa, de sua mãe ou de alguma filha, disfarçado em uma das muitas denominações dadas, nos países latinos, à Virgem Maria, respeitosamente precedido pelo tratamento como que matriarcal de "Nossa Senhora": Nossa Senhora da Anunciação, Nossa Senhora da Boa Viagem, da Boa Esperança, do Bom Parto – denominação particularmente maternal –, do Perpétuo Socorro, das Dores, da Solidão. Em muitos casos essa mística Senhora – espécie de deusa que, mais do que o próprio Deus, ou o Cristo, supunha-se guardar toda a plantação, protegendo-a contra todos os tipos de inimigos – era a madrinha das crianças, fidalgas, plebeias e escravas do sexo feminino, nascidas em engenho ou em fazenda e batizadas na capela pelo capelão desse engenho ou dessas fazendas, que geralmente se sentia mais subordinado ao patriarca do que ao bispo, recebendo a criança o nome da Virgem Maria particular da fazenda ou do lugar em que nascia. Nome, esse, que também de ordinário era o da dona da casa e o de sua filha mais velha.

O poder patriarcal no Brasil, durante a escravidão, não foi absoluto. Havia um tão intenso respeito pela mulher, em sua forma romântica e sobretudo mística, que o mesmo se refletia na vida prática: no cotidiano. Os homens eram os verdadeiros senhores no sistema escravocrático brasileiro: os homens brancos. Senhores absolutos das mulheres brancas, dos engenhos ou das fazendas e dos escravos. Mas o seu poder limitava-se psicologicamente pelo respeito romântico ou místico às mulheres: não somente às suas mães, às suas esposas e às suas filhas, mas também à Virgem Maria, que para muitos era um poder místico mais forte – é preciso repeti-lo – do que Deus ou do que Jesus Cristo. Não uma deusa universal, mas uma manifestação particular ou doméstica do poder divino que protegia matriarcalmente uma família ou um lar, contendo, por vezes, acessos de poder patriarcal.

Em interessantíssimo livro escrito por uma mulher, sobre a África do Sul – *Color and Culture in South Africa*, de Sheila Patterson –, tenta-se comparar o complexo escravocrático da África do Sul com o mesmo sistema no "Old South" dos Estados Unidos e no Brasil. Uma discriminação muito inteligente é feita na referida obra, quando a srta. Patterson fala do culto da "pureza do lar" que prevaleceu no Brasil, durante os dias da escravidão, muito mais do que o culto da "pureza da raça" (ou sangue) como acontecia nos Estados Unidos e na África do Sul. Vai mais além a autora, sugerindo que, no Brasil, o sistema escravocrático derivava daquilo que chama "um protótipo português", diferente do anglo-saxão, ou do holandês.

Nesse particular, alegra-me encontrar num livro inglês, de 1953, conclusões semelhantes às sugestões que esbocei em meu ensaio de 1933, no qual baseei minha análise do sistema escravocrático, no Brasil, sobre a premissa de ter sido o mesmo diferente dos sistemas de escravidão moderna dos anglo-americanos, dos holandeses, e mesmo franceses e até dos espanhóis. O complexo patriarcal escravocrático brasileiro foi uma extensão do português, como esse o era do sistema mouro ou árabe, e maometano: um sistema de escravidão mais doméstica do que industrial. Em recentes contatos com a África e com a Ásia encontrei novas e maiores provas para tal teoria, durante prolongada viagem que me proporcionou contatos rápidos porém esclarecedores com países maometanos como a Arábia, o Paquistão, o Egito, a Índia – em parte maometana – e, mais tarde, a África negra em suas áreas islamizadas. E não somente nessas regiões da África profundamente afetadas pela cultura maometana, como nas completamente virgens do impacto islâmico, e também em regiões mais ou menos industrializadas da África sob a influência de franceses, ingle-

ses, belgas ou holandeses, como acontece na África do Sul, pude observar o fenômeno quer como presença, quer como ausência sociologicamente significativa.

Em toda parte, fiquei impressionado pelo fato de que o parentesco sociológico entre os sistemas português e maometano de escravidão parece responsável por certas características do sistema brasileiro. Características que não são encontradas em nenhuma outra região da América onde existiu a escravidão.

O fato de que a escravidão, no Brasil, foi, evidentemente, menos cruel do que na América inglesa, e mesmo do que nas Américas francesa e espanhola, já me parece documentado de forma idônea. E por que foi assim? Não pelo fato de os portugueses serem um povo mais cristão do que os ingleses, os holandeses, os franceses ou os espanhóis, a expressão "mais cristãos" significando, aqui, eticamente superiores na moral e no comportamento. A verdade seria outra: a forma menos cruel de escravidão desenvolvida pelos portugueses no Brasil parece ter sido o resultado de seu contato com os escravos maometanos, conhecido pela maneira familial como tratavam seus escravos pelo motivo muito mais concretamente sociológico do que abstratamente étnico de sua concepção doméstica da escravidão ter sido diversa da industrial. Pré-industrial e até anti-industrial.

Sabemos que os portugueses, apesar de intensamente cristãos – mais do que isso até, campeões da causa do cristianismo contra a causa do Islã –, imitaram os árabes, os mouros e os maometanos em certas técnicas e em certos costumes, assimilando deles inúmeros valores culturais. A concepção maometana da escravidão, como sistema doméstico ligado à organização da família, inclusive às atividades domésticas, sem ser decisivamente dominada por um propósito econômico-industrial, foi um dos valores mouros ou maometanos que os portugueses aplicaram à sua colonização predominantemente, mas não exclusivamente, cristã do Brasil.

Quando, em 1938, falei ao meu velho professor da Universidade de Colúmbia, o grande Franz Boas, sobre as ideias que tinha a esse respeito, ele me disse que as mesmas poderiam servir de base a nova compreensão e mesmo interpretação da situação brasileira; e que eu devia continuar minhas pesquisas relativas à conexão existente entre a cultura portuguesa e a moura – ou maometana –, particularmente entre seus sistemas de escravidão. Argumentou ainda que os maometanos, árabes e mouros, durante muitos séculos, haviam sido superiores aos europeus e cristãos em seus métodos de assimilação de culturas africanas à sua civilização.

Outro antropólogo da mesma geração de Boas, e, como o mestre da Colúmbia, autoridade no estudo de contatos, raciais e culturais, de europeus e não europeus, o professor Fox Pitt-Rivers, da Inglaterra, em um de seus livros relativos ao que ele chama de "choque de culturas", aponta o fato, geralmente negligenciado pelos europeus, quando esses apresentam os árabes e maometanos da África como seres terríveis e até mesmo monstruosos, especializados em escravizar os negros, de que seu sistema de escravidão era diferente do europeu. Para citar as próprias palavras do antropólogo britânico: "A escravidão no Oriente foi muito diferente, bem mais nobre e menos degradante do que na Europa e nos Estados Unidos".[1] Mesmo a sua "poligamia" – acha Fox Pitt-Rivers – merece o respeito dos ocidentais.

Daí a forma de escravidão que os portugueses adotaram no Oriente e no Brasil ter-se desenvolvido mais à maneira árabe que à maneira europeia; e haver incluído, a seu modo, a própria poligamia, a fim de aumentar-se, por esse meio maometano, a população. Alguns preferem dizer que o fim era tão somente aumentar-se o número de escravos, de trabalhadores, de animais produtores de riqueza. Mas é preciso nos lembrarmos de que, a partir do século XV, os portugueses usaram a escravidão para a seleção eugênica de elementos humanos que, uma vez cristianizados, domesticados no sentido de se tornarem parte do sistema familial e patriarcal cristão-europeu, eram vários deles alforriados, tendo então a oportunidade de se tornarem socialmente e culturalmente iguais aos brancos e aos cristãos europeus. Já no século XV jovens africanos tiveram em Portugal a oportunidade, através de uma espécie de seleção não significativa e exclusivamente racial, de se fazerem sacerdotes, o que significava então ocupar alta posição na sociedade portuguesa. E essa oportunidade de

1 *The Clash of Culture and the Contact of Races*, London, 1927, p. 238.

ascensão social estendeu-se por vezes a jovens que já não eram africanos levados muito crianças de seu continente para a Europa, como escravos, mas sim filhos de portugueses com escravas africanas. Talvez pressionados por um problema que tinham que enfrentar – o da escassez de população para a tremenda tarefa de se expandirem na Ásia, na África e na América –, os portugueses seguiram o exemplo maometano ou árabe. De acordo com os maometanos, bastava ao filho da ligação de árabe com mulher escrava adotar a fé, os rituais e os costumes de seu pai, para se tornar igual ao mesmo pai, socialmente falando.

Os portugueses não foram tão longe quando estabeleceram no Brasil um sistema, quer escravocrático, quer não, de relações com não europeus, mais amplo do que aqueles que tinham criado na Índia e na África, seguindo – parece evidente a alguns de nós – sugestões maometanas. Mas assim que se estabeleceram no Brasil começaram a anexar ao seu sistema de organização agrária de economia e de família uma dissimulada imitação de poligamia, permitida pela adoção legal, por pai cristão, quando esse incluía, em seu testamento, os filhos naturais, ou ilegítimos, resultantes de mães índias e também de escravas negras. Filhos que, nesses testamentos, eram socialmente iguais, ou quase iguais, aos filhos legítimos. Aliás, não raras vezes, os filhos naturais, de cor, foram mesmo instruídos na casa-grande pelos frades ou pelos mesmos capelães que educavam a prole legítima, explicando-se assim a ascensão social de alguns desses mestiços.

Devo mencionar aqui que os casamentos de colonos portugueses com moças ameríndias, tornadas cristãs, ocorreram com alguma frequência no Brasil colonial. Algumas dessas moças, tal como a índia norte-americana Pocahontas, eram autênticas princesas: descendiam de caciques. Descender de princesa ameríndia e de um português – de preferência português nobre – continua a ser razão de especial orgulho de brasileiros que se ufanam de ser do Brasil há quatro séculos. O primeiro cardeal, não só do Brasil mas de toda a América Latina, descendia de um Albuquerque do século XVI que, além de se ter casado com mulher portuguesa de boa origem – uma Mello – enviada ao Brasil pela rainha de Portugal para com ele contrair matrimônio, adotou e legalizou os filhos que já tivera de uma princesa índia. Assim, o cardeal era produto dessa suave poligamia tolerada pela Igreja sempre que bons católicos (como acontecia com a maioria dos colonos) adotavam seus filhos ilegítimos ao ditar seus testamentos. Conheço um grande número desses testamentos – do período colonial brasileiro – e sei o quanto essa poligamia suavemente disfarçada contribuiu para o aumento da população de nosso país, seguindo normas que teriam obtido a aprovação de especialistas em eugenia, pois os pais, em muitos casos, eram homens de primeira qualidade, não somente sob o ponto de vista sociológico, mas também – a julgar pelas suas realizações e a de seus filhos e netos ilegítimos, e mais tarde por toda sua descendência – sob o ponto de vista biológico.

Uma escravidão desse tipo sob vários pontos de vista não foi só útil ao desenvolvimento social no Brasil como também mostrou ser valiosa contribuição para a unidade política e a disciplina social – a disciplina patriarcal – de um país imenso como o nosso, pois era um sistema comum a diferentes províncias e sub-regiões. Nas casas-grandes as crianças cresciam cercadas pelos parentes – avôs e avós, alguma tia solteirona, primos, e até mesmo amigos íntimos da família – de maneira que, desde o nascimento, tais crianças viam "muitas variações de idade e de experiência humana dentro ou nas proximidades de seu lar", conforme assinalou a antropologista Margaret Mead com relação aos filhos das velhas famílias patriarcais anglo-americanas.

Por outro lado, o sistema patriarcal de economia e de família, no Brasil, foi, sob alguns aspectos, prejudicial ao desenvolvimento nacional e ao próprio caráter brasileiro em geral, o que contribuiu para que os brasileiros se tornassem por demais dependentes do paternalismo e de governos paternalistas: Também fez que o trabalho manual fosse considerado coisa pouco digna de um homem livre. Deu valor exagerado a carreiras como o sacerdócio – mesmo quando não se tinha vocação para essa nobre profissão –, a militar e a acadêmica, desdenhando as atividades industriais, técnicas e comerciais, deficiência que só atualmente está sendo superada pelos brasileiros. Contribuiu também para que certos brasileiros se mostrassem sádicos no exercício do poder, assim como para a associação da política interna com a retórica – exemplo ilustre: Rui Barbosa –, como aconteceu também no Sul dos Estados Unidos, sendo o excesso verbal o meio

mais fácil que os líderes políticos usavam para impressionar a gente impressionável.

Mas, felizmente para o Brasil, a escravidão não foi o único fator que atuou sobre o desenvolvimento social brasileiro e a formação de nosso caráter, ou do nosso *ethos*. Aqui voltamos à afirmativa de que a escravidão, em nosso país, foi corrigida de alguns de seus excessos por outra poderosa instituição que os portugueses trouxeram para o Brasil e que os brasileiros tiveram a inteligência de conservar mesmo após se separarem politicamente de Portugal. Essa instituição, o sistema monárquico de governo, merece dos estudiosos do desenvolvimento brasileiro tanta atenção quanto a escravatura.

Enquanto as casas-grandes mais autocráticas dos engenhos de cana-de-açúcar e, mais tarde, das fazendas de café, por vezes manifestaram certa tendência para dividir o país em blocos patriarcais antagônicos e até violentos – cada um deles protegido pela sua Virgem Maria ou por santo particular, de tal forma que os trabalhadores escravos de uma propriedade não raro entravam em luta ao se encontrarem com os de outras propriedades –, a monarquia atuava como força por demais nacional para tomar partido ao lado de autocratas locais, ou provinciais, ou mesmo de santos que protegiam determinadas famílias patriarcais excluindo outros de sua proteção mística. E atuava, também, em defesa das leis, da justiça, da moral, contra abusos paternalísticos do poder. Pelo fato de os autocratas das casas-grandes desejarem mostrar seu prestígio participando da vida política local, e sendo distinguidos pela Coroa com títulos – com os barões ou já viscondes querendo ser marqueses e, se possível, duques –, era de seu interesse agir de maneira a agradar o imperador e seus conselheiros. Afortunadamente, para o Brasil, os quatro monarcas que reinaram desde o dia em que o Rio de Janeiro se tornou a sede, primeiro da monarquia portuguesa, e, mais tarde, da brasileira, foram pessoas que possuíam em alto grau o sentido das responsabilidades nacionais e reais: o rei, regente e, depois, Dom João VI, os imperadores Dom Pedro I, Dom Pedro II, e a princesa Isabel. Eram grandemente respeitados pelo povo brasileiro, e esse respeito em boa parte resultava da atitude generalizada dos brasileiros em relação à autoridade suprapaternalística dos mesmos monarcas: somente o rei, imperador, e a princesa eram reconhecidos por quase todos como um poder maior, que se sobrepunha ao dos autocratas locais. Por outro lado, a autoridade monárquica no Brasil estabeleceu durante muito tempo o princípio de que, como autoridade máxima, deveria contar com a cooperação leal dos autocratas locais. Essa interdependência era completa; de tal forma que, ao assumir a Coroa a defesa da abolição da escravidão, exercendo papel importante no movimento que visava a libertar os escravos do Império, esse mesmo Império perdeu imediatamente grande parte da sua vitalidade e conseguiu sobreviver à escravidão – que deixou de existir no Brasil em 1888 – somente por um ano. Em 1889 proclamava-se a República.

Uma república fraternalística, inicialmente, que assim permaneceu somente durante pouco tempo. Pois acabou tendo de imitar a monarquia que substituíra e passando a ser, até certo ponto, paternalista. Tornou-se predominantemente paternalista; e os seus presidentes tornaram-se fortes e autoritários como chefes de Estado. Deviam proteger o país contra a desordem e a anarquia como se fossem reis ou majestades.

A nota irônica, no que respeita ao desaparecimento simultâneo das duas instituições – a escravidão e a monarquia – foi que, como homens livres, os antigos escravos viram-se repentinamente tanto sem imperador ou princesa, como sem autocratas da casa-grande para protegê-los. E tornaram-se assim, como brasileiros livres, vítimas de um sentimento de insegurança que resultava da sua liberdade de gente desprotegida ou desamparada.

Alguns deles passaram a sentir nostalgia do imperador e das casas-grandes ao se considerar por vezes tragicamente inseguros como trabalhadores livres. Foram necessários longos anos para que os líderes políticos do Brasil republicano compreendessem a situação real, psicológica e social, desses antigos escravos disfarçados em trabalhadores livres; e privados da assistência patriarcal que lhes era dada pelas casas-grandes quando ficavam velhos ou doentes. Pelas casas-grandes e, quando essas falhavam, pelo imperador, pela imperatriz ou pela princesa imperial, sempre paternal e maternalmente interessados no bem-estar dos escravos. Tanto que o imperador era considerado, e chamado por muitos deles, "Pai Grande", e a impera-

triz de "Mãe", num sentido semelhante ao da Virgem Maria, que, como rainha (*Regina*), também era sua Mãe.

Isso explica – para compreendermos o Brasil contemporâneo – a grande popularidade alcançada por Getúlio Vargas quando, presidente durante algum tempo com poderes ditatoriais, decidiu dar aos brasileiros menos privilegiados uma legislação social que significou, para a maior parte da população trabalhadora do Brasil urbano, amparo na velhice e proteção contra doenças em empresas de comércio e de indústria perante as quais o trabalhador, no passado, não tivera esses direitos. Isso explica por que Vargas tornou-se conhecido como "o Pai dos Pobres", ganhando uma popularidade superior, até, àquela conseguida por Dom Pedro II em quarenta e oito anos de governo bom, honesto e paternal.

Daí talvez se possa concluir que, no Brasil, a tradição monárquica, corrigindo alguns dos excessos da tradição paternalística que se formara, irradiada das casas-grandes, consequência de um sistema agrário – patriarcal-familial – se tenha expressado, em nossos dias, em valores positivos e não somente em sinais negativos. Essa parece ser a conclusão de todos os que analisam as relações de administração e de governo com outros componentes da organização social do Brasil.

Há alguns anos, num ensaio que se tornou clássico, Woodrow Wilson escreveu que em matéria de organização administrativa os Estados Unidos estavam "em desvantagem evidente quando comparados com as nações transatlânticas". Por quê?

Até certo ponto porque muito do que em tais nações se tornara mais eficiente em seu sistema administrativo se desenvolvera como "iniciativa real", isto é, de poderes monárquicos. Real e, é preciso acrescentar-se, paternalista, conforme aconteceu na Prússia, e, em menor escala, na Inglaterra, onde houve uma espécie de antecipação da história política dos Estados Unidos: uma história, segundo a análise de Woodrow Wilson, não tanto de desenvolvimento administrativo como de supervisão legislativa; não de progresso quanto à organização governamental, mas de adiantamento no estabelecimento de leis e na crítica política. Desenvolvimento de resultados menos eficazes, para os elementos desprotegidos das populações nacionais, do que aquelas iniciativas monárquicas. O Brasil parece estar em situação única quanto à história política entre as repúblicas das Américas – do Norte, Centro e Sul. A história dessas repúblicas foi influenciada a tal ponto pelos exemplos anglo-americanos e revolucionários franceses com o estabelecimento de leis liberais e, algumas vezes, com uma crítica política excessivamente abstrata em seu modo de ser liberal que a organização de governos do tipo eficientemente paternalístico e real, responsável pela maior parte dos avanços europeus nas medidas de proteção de operários contra grupos privilegiados, requereu esforços violentos, manifestados em frequentes revoluções e na frequente instalação de governos republicanos ditatoriais ou caudilhescos. Essa é uma situação, comum a quase toda a América, que o Brasil, com sua tradição paternalística e monárquica – uma tradição assimilada até mesmo pelo seu sistema republicano quando nesse sistema a prática suplantou a teoria –, jamais conheceu.

Isso parece explicar por que o Brasil – país que acrescentou à tradição paternalista e monárquica, lenta e pacífica imitação de parlamentarismo legislativo, de tipo britânico, e de uma crítica política tão livre como a que vem vigorando nos Estados Unidos – permanece, hoje em dia, como um caso, extremamente complexo, de nação que, sendo muito americana, muito liberal, muito democrática em alguns dos aspectos mais expressivos da sua organização social e de seu sistema político, é, por outro lado, tão classicamente europeia; mais do que a Argentina, o Uruguai ou o Canadá. Isso por ser sensível a uma tradição paternalista-monárquica que é sua herança peculiar na América. Essa tradição, em lugar de predispor os brasileiros a permanecerem arcaicos, evitando o chamado Progresso com P maiúsculo, vem agindo como estímulo constante, especialmente em dias críticos, para a solução legal, pacífica quase sempre civilista, de problemas que em outras repúblicas da América Latina – mesmo na Argentina e no Chile – têm sido resolvidos somente através de ditaduras abertamente militares e, muitas delas, brutais, embora republicanas na forma, e, às vezes, na substância. Soluções marcadas por excessos de violência e pelo mais completo desprezo pelas leis escritas, reduzidas frequente e simplesmente a "trapos de papel", e não desprezadas em dias excepcionalmente críticos; como tem acontecido no Brasil.

É fato incontestável que, no Brasil, a Coroa agiu sempre como força ou influência acima dos partidos e do antagonismo político dos grupos; e também como influência – como já foi referido neste ensaio – a favor de uma política internacional objetiva, executada pelo seu Ministério das Relações Exteriores, cujo conhecimento especializado, dos assuntos com que vem lidando, e familiaridade dos seus diplomatas bem treinados com os estilos e as técnicas europeias de diplomacia, coloca-o em situação singular na América Latina e até no continente americano, dando à nação brasileira nesse particular evidente superioridade sobre outros países: mesmo sobre os Estados Unidos.

Parece também incontestável o fato de o Exército brasileiro, desde o estabelecimento da República, vir considerando uma de suas maiores responsabilidades, como força nacional, assumir aquela antiga função da Coroa: a de comportar-se como influência superpartidária na vida nacional.

Notável publicista e diplomata, Joaquim Nabuco foi talvez o primeiro a rejubilar-se com o fato de que o Exército, e não qualquer partido republicano, ou seita ideológica, assumisse o controle efetivo da situação brasileira quando caiu a monarquia, como consequência – em grande parte – da abolição da escravatura: medida um tanto temerária tomada pela princesa Isabel durante a ausência de seu pai, Dom Pedro II, que se encontrava na Europa. O Exército desempenhou então função outrora da Coroa: aqui como força suprapartidária em benefício do todo nacional.

É possível generalizar o fato de que, desde o fim do século XIX até nossos dias, o Exército brasileiro – e nas últimas décadas as Forças Armadas em conjunto – Exército, Marinha e Aeronáutica – vêm agindo como substituto do papel representado pela Coroa durante os dias da monarquia, isto é, como influência corretiva de excessos de subgrupos; intervindo, especialmente em momentos de crise, a fim de evitar abusos do poder por parte de um indivíduo – Vargas, por exemplo – ou por qualquer subgrupo político, econômico, ideológico ou religioso, dentro da organização nacional. Isso parece explicar por que tem sido rara, excepcional e até anormal a presença de líder militar de "caudilho" ou de ditador propriamente militar na vida brasileira – Floriano foi talvez o único; e também por que Vargas quando semiditador do Brasil (pois ele jamais foi ditador absoluto, tendo-se, ao contrário, cercado voluntariamente de controles legais que o transformassem numa espécie de regente ativo, numa monarquia limitada), tenha sido uma exceção à normalidade puramente constitucional; e que foi, como tal, tolerado e supervisionado por um Exército socialmente democrático, na sua composição e nas suas tendências. O paternalismo ditatorial de Vargas não foi o do tipo "caudilhesco" republicano, comum na América Latina, mas sim um esforço – nem sempre bem desenvolvido – em prol de uma organização administrativa que, dentro da tradição monárquica e paternalística do Brasil, inaugura, no setor social, uma política a favor de elementos populares das populações urbanas do país, até então desprotegidos.

Uma das grandes realizações de Vargas foi essa; outra de suas realizações foi a das medidas que tomou a favor de um maior equilíbrio de formas entre os estados que compõem a Federação brasileira. Muitos dos líderes militares que apoiavam Vargas encararam tais esforços como ajustamentos necessários à vida brasileira. Ajustamento que os legisladores não conseguiram realizar durante quase meio século de atividades parlamentares dentro de uma república presidencialista do tipo norte-americano, não de todo adaptada à realidade brasileira.

Organizar uma administração "é muito mais difícil para a democracia do que para a monarquia", escreveu Woodrow Wilson no ensaio a que já me referi. E o exemplo brasileiro favorece sua opinião. Sendo definitivamente uma democracia – uma das mais avançadas do continente e do mundo moderno naquilo que se refere à democracia étnica e à democracia social – o Brasil, no seu desenvolvimento político, sempre foi um país singular no cenário americano por ter começado sua vida política independente como monarquia. Paradoxalmente essa monarquia foi predominantemente democrática e democratizada. Corrige excessos autocráticos regionais e locais, estimulados em larga escala pela predominância de um sistema político e de uma organização social apoiados num sistema econômico de grandes propriedades – latifúndios etc. – e de trabalho escravo.

Por isso mesmo é que, desde que se transformou em república, o Brasil, nos seus dias de crise política, em lugar de agir como, ou-

trora, várias das repúblicas latino-americanas – isto é, através de revoluções, de caudilhismo, de ditaduras cruamente militares – vem quase sempre agindo de maneira diferente. De maneira, até, singularmente brasileira.

É preciso procurar as razões desse comportamento político-social numa sociedade em que os excessos autocráticos de subgrupos particulares vêm sendo moderados, no Brasil, não pelo republicanismo racial, que se tornou característica de outras nações do continente, mas pela ação e pelo exemplo de uma monarquia democrática. À sombra desse exemplo é que vêm sendo tomadas medidas eficazes a favor dos chamados grupos desprotegidos da sociedade, não tanto por diligência do Congresso, ou de Parlamentos ou de Assembleias Legislativas, mas, em maior grau, por estadistas de tipo executivo e dentro de uma tradição – a monárquica – em que essas iniciativas pertencem ao poder executivo. Tradição preservada por uma república presidencialista, na qual o Exército vem quase sempre representando – repita-se – papel semelhante ao desempenhado pela Coroa durante o período propriamente monárquico.